



A DIMENSÃO ÉTICO-POLÍTICA DO SERVIÇO SOCIAL À LUZ DA PERSPECTIVA GRAMSCIANA: CONTRIBUIÇÕES A PARTIR DA FILOSOFIA DA PRÁXIS

The ethical-political dimension of social service in the light of the Gramscian perspective: contributions from the philosophy of praxis

Silmara Carneiro e Silva*

 <https://orcid.org/0000-0003-3904-4329>

Olegna de Souza Guedes**

 <https://orcid.org/0000-0001-7559-7225>

RESUMO

Forças regressivas se reafirmam no contexto brasileiro contemporâneo com impactos para diferentes dimensões da vida social, política e cultural do país. Para o serviço social brasileiro, considera-se que esse processo tende a reforçar a reprodução de valores fundada em expressões diversas da ideologia conservadora, que enfraquecem a dimensão ético-política no trabalho dos assistentes sociais. Por isso, o objetivo deste artigo, que foi construído a partir de pesquisa bibliográfica, é refletir sobre essa dimensão à luz da filosofia da práxis. Parte-se, no artigo, do pressuposto de que profissões como o serviço social, que atuam na mediação de demandas individuais e ou coletivas em face da sociedade civil e da sociedade política, são muitas vezes interpeladas a reproduzirem uma posição absenteísta no cenário político, haja vista a defesa da neutralidade da técnica em detrimento da afirmação de um posicionamento ético-político. Dentre os resultados da pesquisa, destaca-se a relevância da reafirmação da filosofia da práxis para a manutenção e o fortalecimento da posição ético-política profissional em defesa de uma outra ordem social, na qual o reino da liberdade substitua o reino da necessidade.

PALAVRAS-CHAVE

Dimensão ético-política; serviço social; projeto profissional; filosofia da práxis.

ABSTRACT

Regressive forces reassert themselves in the contemporary Brazilian context with impacts on different

* Assistente Social. Doutora em Serviço Social e Política Social pela Universidade Estadual de Londrina (UEL, Londrina, Brasil). Docente do Curso de Serviço Social e do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais Aplicadas na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG, Ponta Grossa, Brasil). E-mail: verdesilmara@yahoo.com.br

** Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. (PUC, São Paulo, Brasil). Docente do Curso de Serviço Social e do Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Política Social na Universidade Estadual de Londrina. (UEL, Londrina, Brasil). E-mail: olegnasg@gmail.com

DOIS 10.22422/temporalis.2022v22n44p207-222



© A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2022 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

dimensions of the country's social, political and cultural life. For the Brazilian social service, it is considered that this process tends to reinforce the reproduction of values based on different expressions of conservative ideology that weaken the ethical political dimension in the work of social workers. Therefore, the objective of this article, which was built from bibliographic research, is to reflect on this dimension in the light of the philosophy of praxis. The article starts from the assumption that professions such as social work, which act in the mediation of individual and or collective demands in the face of civil society and political society, are often challenged to reproduce an absentee position in the political scenario, considering the defense of the neutrality of the technique to the detriment of the affirmation of an ethical-political position. Among the research results, the relevance of reaffirming the philosophy of praxis stands out for the maintenance and strengthening of the professional ethical-political position in defense of another social order, in which the realm of freedom replaces the realm of necessity.

Keywords

Ethical-political dimension; social work; professional design; philosophy of praxis.

Introdução

Em conjunturas regressivas como a atual, nas quais a ideologia conservadora e o reacionarismo mostram suas faces na correlação de forças em presença, um conjunto de retrocessos se põe em diferentes esferas da vida social, como parte imanente dos tempos de barbárie que historicamente caracterizam a ordem do capital. Essa realidade impõe aos grupos sociais não hegemônicos que compõem a sociedade civil, e às relações desses grupos com a e na sociedade política, um agir ético e politicamente referenciado na direção do fortalecimento da luta por novos patamares de sociabilidade. Ao mesmo tempo, as expressões contemporâneas da sociabilidade burguesa e o seu passado histórico devem ser reconhecidos como adversários a serem combatidos no presente e no futuro. Tal posição e direção implicam o exercício da ação política, em seu movimento e características ontológicas, cujo dever ético se inscreve da concretude do real, em sua manifestação como realidade efetiva (GRAMSCI, 2012), o que pressupõe considerar, nessa manifestação, elementos de teleologia e causalidade (LUKÁCS, 2013).

A partir dessa perspectiva, é possível situar o projeto profissional defendido no Serviço Social Brasileiro contemporâneo na correlação de forças em presença, num dado contexto socio-histórico e, diante de tal possibilidade, indica-se a necessidade do debate da dimensão ético-política dessa profissão. É visando colaborar com esse debate que o presente artigo pretende refletir sobre tal dimensão, a partir da filosofia da práxis. Indica-se, a priori, que tal reflexão se faz mediante a defesa da compreensão da realidade enquanto totalidade concreta e do projeto ético-político enquanto uma explicitação da ética por uma perspectiva universalizante, que é mediatizada, entre outros fatores, pela dimensão da política, no âmbito da particularidade.

O texto está organizado em dois itens. O primeiro deles trata do debate em torno da dimensão ético-política do Serviço Social e o segundo traz aproximações à perspectiva de totalidade para o debate da competência ético-política no trabalho das/dos assistentes sociais. Para concluir, são apresentadas algumas considerações acerca do exposto, na perspectiva de constituir uma síntese dos principais pontos refletidos.

A dimensão ético-política do Serviço Social em debate

No Brasil recente, as relações entre a estrutura e a superestrutura têm evidenciado uma forte tendência ao passado, retroagindo seus níveis de civilidade aos padrões coloniais, nos quais o autoritarismo e o militarismo figuram como expressões mais recorrentes (ALIAGA, 2021). Essa marca da sociedade brasileira deixou seu legado, ao longo de seu desenvolvimento, o que faz intensificar suas expressões em conjunturas regressivas como a atual. Nessa direção, se enfraquecem as conquistas políticas e desmorona-se um conjunto de direitos e políticas públicas, sobretudo aquelas de proteção social dos mais vulneráveis.

Mediante esse cenário, considera-se que o Serviço Social Brasileiro precisa reafirmar sua posição ético-política a favor de uma direção progressiva, em contraponto às armadilhas regressivas das últimas conjunturas do país. Para tanto, o fortalecimento do debate acerca da dimensão ético-política da profissão na contemporaneidade se mantém mais que necessário; é urgente. Nessa direção, recorre-se neste artigo a Antonio Gramsci, autor cujo legado tem forte influência na construção de um projeto profissional que venha a orientar as ações das/os assistentes sociais a uma direção ética e política, comprometida com a luta pela ampliação de possibilidades emancipatórias, com vistas à emancipação humana, ainda que não possa se concretizar numa sociedade de classes. Objetiva-se, portanto, no debate deste projeto, reforçar a necessidade de manter profissão na esteira das lutas pela afirmação de elementos progressivos na correlação de forças, para cujo processo a dimensão ético-política é essencial.

Pressupondo-se que as relações entre prática profissional e espaço institucional não podem ser entendidas mecanicamente, mas a partir de seu movimento contraditório, tornou-se possível a apreensão de novas mediações **na apreensão do papel do assistente social enquanto intelectual orgânico**, vinculado aos interesses de uma das classes fundamentais, o que remete, necessariamente, à **dimensão política da prática profissional**. (SIMIONATTO, 2012, p. 374, grifo nosso).

Para Gramsci (2012), a política pode ser um processo catártico, cujo objetivo é a elevação intelectual e moral das massas em defesa de uma outra sociabilidade, para além da ordem do capital. Esse processo requer, portanto, interferência na relação entre estrutura e superestrutura; ou seja, na relação de forças. Disso posto, necessário se faz recorrer novamente ao autor para compreender a sua noção de dever ser, enquanto ato concreto. Ou seja, para o autor, o agir político está imbricado diretamente no agir ético e se constrói na realidade efetiva, concreta.

O político em ato é um criador, um suscitador, mas não cria a partir do nada nem se move na vazia agitação de seus desejos e sonhos. Toma como base a realidade efetiva: mas o que é esta realidade efetiva? Será algo estático e imóvel, ou, ao contrário, uma relação de forças em contínuo movimento e mudança de equilíbrio? Aplicar a vontade à criação de um novo equilíbrio das forças realmente existentes e atuantes, baseando-se naquela determinada força que se considera progressista, fortalecendo-a para fazê-la triunfar, significa continuar movendo-se no terreno da realidade efetiva, mas para dominá-la e superá-la (ou contribuir para isso). Portanto, o 'dever ser' é algo concreto, ou melhor, somente ele é

interpretação realista e historicista da realidade, somente ele é história em ato e filosofia em ato, somente ele é política. (GRAMSCI, 2012, p. 35).

Nessa perspectiva, é preciso intensificar as forças progressivas para a reafirmação de uma posição já declarada historicamente nos debates contemporâneos sobre o Serviço Social Brasileiro — a de que a profissão possui uma dimensão ético-política que indica a afirmação de um projeto de sociedade em direção à superação da ordem imposta pela sociabilidade burguesa. A defesa da referida posição não se faz descolada de tensionamentos, haja vista que atinge o debate em torno da natureza da profissão.

A este respeito, cabe considerar o argumento de que a profissão não deve ter um projeto ético-político. Ao contrário desse argumento, defende-se neste artigo que, da mesma forma que ter um projeto ético-político declarado implica uma tomada de posição na referida correlação, não o ter revela tão somente outra posição. Adotar uma posição à outra é uma opção política e, como tal, demanda um dever ser, que é concreto e se inscreve na realidade efetiva, tal como afirma o autor sardo. A defesa declarada de uma direção progressiva na correlação de forças pesa na história da mesma forma que a indiferença. Conforme alertou Gramsci, em seu escrito de 1917, “Os indiferentes”, a indiferença opera com força na história. Nas suas palavras:

A indiferença opera com força na história. Opera passivamente, mas opera. É a fatalidade; é aquilo com o que não se pode contar; é o que interrompe os programas, subverte os melhores planos; é a matéria bruta que se rebela contra a inteligência e a sufoca. O que vem em seguida, o mal que se abate sobre todos, o possível bem que um ato heroico (de valor universal) pode desencadear, não se deve tanto à iniciativa operante de poucos, quanto à indiferença, o absentismo dos muitos. (GRAMSCI, 2020, p. 31-32).

Conforme o autor sardo, nota-se que a indiferença não é neutra, ela opera na história. Assim, não declarar uma posição, ser indiferente à realidade, é tornar-se efetivamente posicionado ao lado das forças dominantes. A indiferença, ou a busca pela imparcialidade, não elimina o posicionamento político; apenas o coloca num patamar de ideologização, de misticismo abstrato ou, nas palavras de György Lukács (2013), numa posição de sujeição à ideologia da desideologização. Para este autor, a “desideologização equivale [...] à manipulabilidade e manipulação ilimitadas de toda a vida humana.” (LUKÁCS, 2013, p. 793). A ideologia, assim como opera como “falsa consciência”, também opera como “visão de mundo”.

A partir dessas reflexões de Lukács e das que Gramsci faz sobre o papel da indiferença na história, é possível afirmar que negar a afirmação de um projeto é absentismo, é apatia. Negar a possibilidade de projeto é aderir à ideologia em sua acepção negativa e abster-se erroneamente de afirmar uma visão de mundo, mediante uma condição inexorável de fracasso. Mesmo Lessa (2005), ao problematizar o “ético-político” do projeto profissional

do Serviço Social¹, não o faz criticando a intenção revolucionária nele contida. Nas palavras do autor:

No debate acerca das concepções de ética e de política subjacentes ao projeto ético-político do Serviço Social, não devemos jogar fora a criança com a água do banho. Há um elemento precioso e que não deve ser abandonado em hipótese alguma: a intenção, a perspectiva revolucionária. Se e quando viermos a elaborar uma nova formulação destas questões, não deveremos, de modo algum, abrir mão da pulsão revolucionária que está na raiz da atual proposta do ‘projeto ético-político’ para o Serviço Social. (LESSA, 2005, p. 265).

Na acepção defendida neste artigo, compreende-se que a ideologia que fundamenta a filosofia da práxis é o combustível para a ação de homens concretos que interagem imediata e mediadamente em suas realidades também concretas. Assim, a partir da filosofia da práxis, a ação política é compreendida como o dever ser concreto da ética. Portanto, compreende-se que, mesmo nos limites da sociedade capitalista, ainda que a ética não se realize tipicamente conforme alude Lessa (2005), em nossa compreensão, ela se materializa no ato concreto, seja na política, quando esta se consubstancia na realidade perspectivada estrategicamente pelo pôr do fim da ética para além da ordem do capital, seja no enfrentamento cotidiano de formas de estranhamento que se explicitam, entre outros aspectos, na reprodução de valores avessos ao humano genérico. O tensionamento da reprodução desses valores, no cotidiano, com vistas à construção de valores emancipatórios, explicita a intrínseca relação entre ética e política.

A partir da afirmação da necessária defesa de um projeto, é preciso entender a relação construída no âmbito do Serviço Social Brasileiro, sobretudo a partir da década de 1980², entre a profissão e a militância política. Ou seja, é necessário entender que a relação entre os debates e as reflexões sobre a profissão e militância política é perpassada historicamente por tensões de natureza teórica e prática. Até meados da década de 1980, no âmbito do debate do Serviço Social, mantinha-se uma compreensão mecanicista e dicotomizada da relação entre estrutura e superestrutura, e isso levou muitos profissionais a rejeitarem as práticas institucionais, direcionando a profissão a uma atuação vinculada à militância política em nome das classes subalternas, desconsiderando os espaços institucionais como campo de luta e de atuação profissional (SIMIONATTO, 2012). Foi com o distanciamento da perspectiva althusseriana e a aproximação ao pensamento gramsciano que o serviço social brasileiro passa a questionar essa posição e a compreender dialeticamente a relação entre estrutura e superestrutura, à luz da noção de bloco

¹ Sérgio Lessa (2005) afirma ser impossível compatibilizar a realização da ética a uma sociedade capitalista. Assim, ainda que reconheça como importante a intenção revolucionária subjacente ao projeto ético-político do Serviço Social, problematiza o “ético-político” nele contido, uma vez que a realização da ética estaria, na sua acepção, circunscrita à necessária superação da sociedade capitalista. Nas palavras do autor, “Tentar compatibilizar qualquer realização da ética em uma vida cotidiana que se coisificou a ponto de ser, permitam a expressão em nome do espaço, fundamentalmente a relação entre mercadorias não passa de uma busca do impossível.” (LESSA, 2005, p. 263).

² Elege-se este período porque é a partir dele que começa a espalhar no Serviço Social Brasileiro as referências à teoria social de Karl Marx, para a análise do Serviço Social e sua trajetória como profissão no Brasil e no capitalismo. A este respeito, há uma vasta referência bibliográfica no Brasil.

histórico. Esse movimento leva a profissão a compreender que a correlação de forças possui diferentes níveis e que estes se correlacionam dialeticamente na realidade.

Consideramos, portanto, fundamental o caminhar da profissão no cenário histórico-concreto, a partir de uma justa análise da correlação de forças, e para tanto importante é distinguir entre movimentos orgânicos (relativamente permanentes) e conjunturais (ocasionais, imediatos, quase acidentais) que compõem as situações e suas relações de forças (GRAMSCI, 2012). Nesse sentido, torna-se imperativo, ainda, diferenciar a militância político-partidária com tendência à institucionalização da política, da militância que se realiza a partir de uma compreensão acerca da política em sua ampla expressão, a partir de uma visão crítica do mundo, como o é interpretada na perspectiva gramsciana. Crítica, neste contexto, refere-se à perspectiva entendida pelo materialismo histórico e dialético, como busca incessante pelos fundamentos da realidade (NETTO, 2009). E, com relação à política, aqui dimensionada, refere-se a sua acepção, nos termos de Antonio Gramsci, como *catarse*. Nas palavras do autor:

O termo “*catarse*”. Pode-se empregar a expressão ‘*catarse*’ para indicar a passagem do momento meramente econômico (ou egoístico-passional) ao momento ético-político, isto é, a elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência dos homens. Isto significa, também, a passagem do ‘objetivo ao subjetivo’ e da ‘necessidade à liberdade’. A estrutura, de força exterior que esmaga o homem, assimilando-o e o tornando passivo, transforma-se em meio de liberdade, em instrumento para criar uma forma ético-política, em origem de novas iniciativas. A fixação do momento ‘*catártico*’ torna-se assim, parece-me, o ponto de partida de toda a filosofia da práxis; o processo *catártico* coincide como a cadeia de sínteses que resultam do desenvolvimento dialético. (GRAMSCI, 2013, p. 314-315).

Nessa acepção gramsciana, não se trata da afirmação de um projeto político mistificador e ideologizante das relações sociais, cujo propósito é de afirmação impositiva de uma visão de mundo sobre outra. Ao contrário, refere-se a uma atuação política orientada por uma visão de mundo capaz de elevar a consciência das massas a uma perspectiva ético-política, universalizante. Assim, é uma direção que supera o egoísmo corporativo próprio dos projetos políticos, banhados por ideais corporativistas inerentes ao nível de correlação de forças, pautado em ideais estritamente liberais burguesas. Não se trata da afirmação de uma classe sobre a outra; se trata do reconhecimento da *classe em si* e da *classe para si* como condição política necessária à superação do reino da necessidade e da construção histórico-concreta do reino da liberdade, em sua acepção material e não meramente formal.

É possível afirmar, também, que a única ideologia capaz de realizar a crítica enquanto busca pelos fundamentos da realidade e sua internalização como condição para a elevação intelectual e moral das massas é aquela que tem como compromisso acessar a raiz das questões e, com isso, busca alcançar uma justa análise da realidade, o que impõe às classes, necessariamente, a realização de sua própria autocrítica.

A autocrítica exige o conhecimento da realidade em suas múltiplas determinações e desejar fazê-lo a partir do alcance da essência concreta do real, impõe às classes o exercício

desta enquanto uma ação a partir de uma posição determinada. Por isso mesmo, é necessário saber discernir entre os movimentos orgânicos e os conjunturais e, ainda, entender a diferença entre uma militância política estrita e uma militância engajada. A primeira, política estrita, é de cunho doutrinário e ideologizante, que evoca para si a neutralidade mediante os interesses em disputa, visando sua imaculação, por assim dizer, em face do conflito societário. A segunda é a que se reconhece declaradamente engajada e interessada na correlação de forças concebida e desenvolvida mediada pela consciência de classe.

No bojo desta análise, cabe salientar que uma prática política desinteressada se situa no ponto de vista da ideologia enquanto falsa consciência. Ao contrário, a prática política e, por isso mesmo, interessada em disputar a hegemonia, a partir de uma visão de mundo declarada, opta pela defesa de um projeto de sociedade que considere as diferenças, posicionando-se diante de seus adversários e incluindo as necessidades das maiorias. E, por isso, esta segunda forma de prática política é a que se torna capaz de universalização efetiva, sem desconsiderar as necessárias mediações particulares que tornam possível a elevação intelectual e moral das massas, que, assim, superam o nível da consciência egoísta corporativa e atingem o nível da consciência ético-política.

Para fazer uma justa análise da correlação de forças, alerta Gramsci (2012), é necessário que homens presentes na correlação de forças em presença reconheçam, nessas correlações, quem é o adversário, o que muitas vezes é o pensamento passado (GRAMSCI, 2013). Gramsci refere-se, neste contexto, às ideologias (no sentido negativo do termo) que sustentam a manutenção de um conjunto de forças reacionárias em constante luta pela manutenção de seu *status quo*, em contraponto ao desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção. No que tange à apreensão das mediações desse movimento ideológico, é imperativo, tal como salienta Lukács (2013, p. 793) em sua análise sobre condições materiais objetivas em face das estratégias da ideologia da desideologização, ter ciência de que “a postura em relação à realidade por princípio só toma conhecimento da existência dos homens particulares”.

A partir das reflexões desses autores, é possível entender que a tomada de posição ético-política não pode perder de vista sua posição em face dos movimentos orgânicos, de natureza universal, haja vista a concretização de uma política engendrada na direção ética. Assim, trata-se de uma direção que deve considerar, sobretudo, sua expressão concreta na realidade efetiva; ou seja, na sua relação com os movimentos conjunturais. Essa posição implica a inscrição efetiva do agente político nos movimentos de conjuntura, considerando-se a consideração de que dela dependem os homens particulares em disputa na correlação de forças em presença.

Cabe, neste artigo, retomar um aspecto fundamental da crítica de Antonio Gramsci à inscrição do agente político nos movimentos de conjuntura: o taticismo político. Trata-se de uma crítica construída pelo filósofo sardo ao taticismo de Palmiro Togliatti, o qual, à época de sua prisão, representara a posição hegemônica do partido comunista italiano. Em um de seus Cadernos do Cárcere, Gramsci se contrapõe ao maniqueísmo na ação política,

na perspectiva taticista. Para Gramsci (2013, p. 333), texto B contido no Cárcere 10, A Filosofia de Benedetto Croce II, 1932-1935, nota 24:

Compreender e valorizar com realismo a posição e as razões do adversário (e o adversário é, em alguns casos, todo o pensamento passado) significa justamente estar liberto da prisão das ideologias (no sentido pejorativo, de cego fanatismo ideológico), isto é, significa colocar-se em um ponto de vista ‘crítico’, o único fecundo na pesquisa científica.

Dessa forma, Gramsci (2013) nos impõe a reflexão sobre o real caráter da militância, enquanto uma ação desprovida do interesse pelo misticismo, pela ocultação e pela negação da complexidade do real e, com isso, se opõe frontalmente a uma militância política ideológica, como ele mesmo define em seu sentido pejorativo, e aduz à afirmação de uma perspectiva de ver o mundo compromissada com a fecundidade da ciência.

Monasta (2010), ao retratar as diferentes formas de militância política que Gramsci conviveu nos seus anos de experiência política nas primeiras décadas do século XX, afirma que:

[...] a antiga militância política é um campo de batalha em que se contrapõem bilateralmente os ‘justos’ aos ‘injustos’: a nova militância representa uma longa viagem, difícil e atribulada, em direção aos horizontes da justiça e da liberdade. Gramsci, em seus últimos anos, extremamente lúcido (e não patologicamente confuso), considerava cada vez menos a verdade e o erro como posições nitidamente bipolarizadas. (MONASTA, 2010, p. 43).

Assim, ainda conforme Monasta (2010), Gramsci não só reavaliou princípios e conceitos em torno da militância política, como também reavaliou valores, sentimentos e, sobretudo, a militância, que passava a ser para ele “menos doutrinária e burocrática e mais investigativa, livre e sincera.” (MONASTA, 2010, p. 43).

Dito isso, salienta-se que reportar à dimensão política da profissão do Serviço Social, a partir dos fundamentos do materialismo histórico e dialético, implica compreender esses fundamentos como filosofia da práxis. Nesta perspectiva, argumenta-se em favor de sua objetivação enquanto uma ação de caráter ético-político, na medida em que a ação política, nessa acepção, se realiza mediada pelo dever ser concreto da ética na realidade efetiva (GRAMSCI, 2012).

A esse argumento cumpre defender, assim como fez o filósofo húngaro György Lukács, a ética como uma categoria mediadora da universalidade e da singularidade, ou seja, a ação ética se realiza no terreno da particularidade (TERTULIAN, 2010). É, também, a particularidade o terreno da ação política na perspectiva gramsciana (GRAMSCI, 2012). Faz-se necessário, contudo, a partir da interpretação que Tertulian (2010) faz da forma como Lukács se utiliza da ética aristotélica no debate com a perspectiva abstrata de Kant, ressaltar a inscrição da ética como a instância de mediação entre a universalidade e a singularidade dos indivíduos.

Postas estas reflexões, voltemo-nos ao Serviço Social. A priori, entendemos que, quando se retrata a questão da tomada de posição ético-profissional no âmbito dessa profissão, se

objetiva sustentar que é necessário inscrever, no comportamento cotidiano dos profissionais, a defesa de uma direção progressiva (crítica) na correlação de forças em presença nesse cotidiano; ou seja, a defesa de uma direção ética e politicamente comprometida com as demandas dos grupos subalternos. Estes são aqueles que, na correlação de forças em presença, ocupam uma posição desfavorável. Tal posição se dá seja por razões estruturais, seja por elementos conjunturais. Em determinadas conjunturas, os subalternos põem, nas correlações de forças superestruturais, demandas que são da esfera das necessidades objetivas da condição humana. Ter essas demandas atendidas é fundamental para a afirmação e continuidade da luta por uma sociedade na qual o reino da necessidade tenha se convertido no reino da liberdade.

Doutra forma, ou seja, quando a objetivação das ações profissionais das/dos assistentes sociais na realidade efetiva não é mediada por uma direção ético-política, compreende-se que o peso que opera com mais força, imediatamente, é o das forças dominantes. Não por acaso, essas ações profissionais, resultantes de um absentismo político que se materializa contraditoriamente como uma posição política, sem a mediação da ética em sua acepção histórico-concreta, podem reforçar as fileiras das ideologias dominantes, haja vista que podem ter um caráter mistificante, doutrinário e fetichista. É na perspectiva de adensar este debate que se segue o próximo item deste artigo.

A perspectiva de totalidade para o debate da competência ético-política no trabalho das/dos assistentes sociais

No debate do serviço social contemporâneo, a afirmação da tríplice competência-teórico metodológica, ético-política e técnico-operativa³ afirma-se como necessária, sobretudo quando se reflete sobre os desafios do cotidiano profissional das/dos assistentes sociais, no qual a competência técnico-operativa tende a figurar como concreta, vinculada às demandas imediatas postas neste cotidiano, o que mistifica sua interrelação com as dimensões teórico-metodológica e ético-política. Nessa direção, entendemos ser necessário, *a priori*, refletir sobre o fetiche da técnica que tende a dificultar a apreensão do que é tal competência técnico-operativa na sua relação com outras competências e com as demais dimensões da profissão. A dimensão técnico-operativa, para além da técnica, se consubstancia engendrada nas demais dimensões da profissão, cuja instrumentalidade revela a relação de unidade-diversidade existente entre a singularidade do agir profissional no cotidiano e sua universalidade, uma vez perspectivada na direção da superação das carências que revelam a negação da ética na ordem do capital. Assim, a mediação é a função que a instrumentalidade encerra no Serviço Social (GUERRA, 2011).

Destaca-se que o fetiche da técnica é um elemento que decorre de uma “posição” profissional que nega a totalidade relativa da dimensão técnico-operativa enquanto uma diversidade inscrita numa unidade, à qual as demais dimensões fazem parte e se relacionam dialeticamente. Esse fetiche ainda se objetiva, contraditoriamente, como suporte a uma suposta “não posição” das/dos assistentes sociais no cotidiano do exercício profissional em relação à afirmação teleológica da profissão, especialmente por negar seu

³ Utiliza-se aqui da noção de competência no trabalho das/dos assistentes sociais em consonância com a previsão das diretrizes curriculares da profissão (BRASIL, 2002).

projeto ético-político. O não posicionamento profissional, neste caso, impera na realidade efetiva tanto quanto como outra qualquer posição quando assertivamente declarada pelo agente. Descolar do agir profissional do assistente social a sua dimensão política é também, em alguma medida, retirar da política o elemento da ética, ao passo que se concebe o deslocamento da técnica de seu lugar na correlação de forças estruturais e superestruturais, atribuindo-a um lugar de destaque no agir profissional e, também, no movimento do real.

Fresu (2020), na biografia de Gramsci, que a escreveu com o título de *Antonio Gramsci: o homem filósofo*, dedica um ponto para tratar da dupla revisão do marxismo e o ponto de contato com Lukács, e nesse item deflagra a posição de ambos os autores marxistas como contrária a todo determinismo fatalista e mecanicista, ao que alerta para a colocação da teoria como acessório da prática, o que, segundo o autor, impediu o desenvolvimento de um marxismo pleno da questão relativa à unidade entre teoria e práxis. E isso impôs, e ainda impõe, a presença de resíduos mecanicistas por dentro do próprio marxismo, o que se contrapõe ao que o filósofo húngaro entendia ser o verdadeiro coração pulsante do marxismo: “a centralidade da filosofia clássica alemã entre as fontes essenciais do materialismo histórico e a importância absoluta da dialética [...]”. (FRESU, 2020, p. 296). Ainda conforme Fresu (2020, p. 301):

Segundo o filósofo húngaro, a eliminação do método dialético do marxismo o privaria de seu rigor e de sua força revolucionária. A mera reunião bruta de fatos não tornaria inteligível a complexidade da história, porque apenas a dialética mostra como cada modo de produção cria em si os elementos de sua ruína e superação. Somente por meio da dialética o papel da contradição imanente em cada estágio da história se tornaria mais claro.

A afirmação da dialética do concreto é um contraponto à objetivação mistificadora e fetichizada da realidade, que ao negar os pressupostos mais gerais da ontologia social, rompe com a perspectiva de totalidade da vida social⁴. Dentre as formas dessa objetivação, destaca-se o fetichismo da técnica, que é um impeditivo para o pleno desenvolvimento de uma práxis revolucionária, pautada por um projeto de profissão que dialoga e interage dialeticamente com outros projetos, que são coletivos e que disputam a hegemonia, seja para interferir diretamente na correlação de forças numa perspectiva progressista, seja para contribuir reforçando as fileiras das lutas contra hegemônicas à ordem do capital.

A prevalência do **homem sobre a natureza por meio da técnica** mantém a superioridade dessa, **exaltando-a no trabalho criador** (GRAMSCI, 1999, p. 365 apud SIMIONATTO, 2011, p. 19). Gramsci não se distancia da tese marxiana de que a gênese histórica da sociedade se situa no ato laboral humano, na práxis técnico-produtiva, na ação humana de transformação da natureza (MARTELLI, 1990 apud SIMIONATTO, 2011, p. 19), mas considera, também, **o modo como os homens organizam-se e participam para reproduzir tais relações ou para superá-las**,

⁴ “O materialismo histórico interpreta a sociedade como uma totalidade, admite a delimitação cognoscível de suas partes individuais, mas não concebe uma autonomia conceitual delas: para o marxismo, é inevitável, no estudo, a delimitação disciplinar, porém nunca pode haver uma ciência autônoma do direito, da economia, da história e assim por diante. Para o marxismo, existe apenas uma ciência unitária ‘histórico-dialética’ do desenvolvimento da sociedade como totalidade.” (FRESU, 2020, p. 304).

reforçando o princípio da totalidade social, a interação entre sujeito e objeto, entre consciência e práxis (COUTINHO, 1994 apud SIMIONATTO, 2011, p. 19, grifo nosso).

Ao debater com Bukhárin⁵, Gramsci alerta para a simplificação do método do materialismo histórico por parte do referido autor, que, ao tentar apresentá-lo de forma mais compreensível para a maioria, em seu *Manual*, o penalizou, omitindo sua complexidade e a complexidade do movimento do real. Ao fazer isso, defendeu “uma relação de identidade absoluta entre as relações de produção e o Estado, totalmente fora da realidade.” (FRESU, 2020, p. 305). Ainda conforme Fresu (2020, p. 305):

Ao contrário dessa simplificação, a história mostrou como a possibilidade de equilíbrio das forças econômicas entre as classes concorrentes poderia possibilitar o surgimento temporário de um aparelho estatal não totalmente dominado por nenhuma das duas classes em luta (foi o caso da monarquia absoluta no início da era moderna). Da mesma forma, uma classe poderia alcançar o poder econômico sem, no entanto, ser capaz de criar instituições políticas e jurídicas que correspondessem totalmente à nova época.

Assim como Lukács (2013), compreende-se que a política é mais bem compreendida quando interpretada a partir da ética; pode-se inferir a partir de Gramsci (2012), que quando a dimensão ético-política é tida como um momento de um processo catártico, trata-se da conversão da objetividade em subjetividade e da elevação do momento econômico-corporativo ao momento ético-político. Diferentemente, Bukhárin, ao tratar da evolução social,

[...] atribuiu a técnica um significado transbordante, afirmando que todo sistema da técnica social determina também o sistema das relações de trabalho entre os homens, a ponto de definir como ‘normatividade fundamental’ a estreita dependência entre nível de desenvolvimento das forças de produção e evolução técnica da sociedade. (FRESU, 2020, p. 306).

Com efeito, contrariando-se a perspectiva de exacerbação da técnica, recorre-se à política, aqui defendida como uma categoria mediadora dos níveis de correlação de forças sociais e militares nas diferentes conjunturas, assim como é a ética a mediadora entre o Direito, enquanto regulador universal, e a moral, como expressão da singularidade inerente à vida individual, para explicitar o argumento de que a técnica, neste sentido, “deveria ser concebida como um momento de cada um dos sistemas produtivos e seu desenvolvimento explicado pela evolução das forças produtivas sociais, e não vice-versa.” (FRESU, 2020, p. 306). De tal forma, a técnica compõe um universo complexo cujos elementos são partes de uma mesma totalidade social.

Conjuntura e estrutura, assim como estrutura e superestrutura, objetividade e subjetividade, conformam a trama concreta da realidade histórica; de tal forma, o historicismo realista, assim como a ontologia do ser social, são fundamentos para a afirmação de uma ética histórica e concretamente posicionada, erigida em direção à

⁵ Bukhárin escreveu em 1922 “A teoria do materialismo histórico: manual popular de sociologia marxista”, onde o autor apresenta um materialismo metafísico e vulgar. (FRESU, 2020).

construção de possibilidades de liberdade, em meio a um terreno de barbárie, em face do qual a política é o terreno de seu enfrentamento. A defesa declarada das demandas dos grupos subalternos como um dos motes do projeto ético-político profissional do Serviço Social, mediante o compromisso com a defesa intransigente dos direitos humanos, da liberdade, da autonomia e da plena expansão dos indivíduos sociais entre outros princípios ético-profissionais da profissão, erige um exercício profissional vinculado à correlação de forças em presença, nos diferentes espaços de inserção profissional na contemporaneidade.

Essa posição não retira da profissão sua capacidade de agir técnica e operativamente, conquanto fundamente a ação profissional a partir de uma posição teleológica, que foge do pragmatismo próprio de uma ética instrumental que se objetiva pelo fetichismo da técnica, em favor da defesa intransigente das conquistas históricas da humanidade e de sua autodeterminação, vis-à-vis aos imperativos da ordem dominante em cada época histórica.

Não se nega a importância da técnica para a profissão, pelo contrário, a técnica é considerada a partir de sua inscrição nas determinações das forças produtivas, pois como alude Fresu (2020, p. 306): “não seria correto descontextualizar a técnica da série de formas ideológicas a fim de atribuir-lhe uma existência autônoma”. Datada da década de 1960, a perspectiva profissional própria da fase da modernização conservadora era uma perspectiva mecanicista. Segundo Simionatto (2012, p. 371), a perspectiva mecanicista se inscreveu na profissão, tendo sido “assumida no sentido de adequar a profissão à ordem sociopolítica instaurada pelo regime vigente”.

Tal era a posição adotada pela profissão, na qual a técnica ocupava lugar central em favor da exacerbação da dimensão técnico-operativa da profissão. Sua preocupação central estava circunscrita pelo desejo do “aperfeiçoamento do instrumental operativo, com os procedimentos metodológicos e técnicos, seus padrões de eficiência e eficácia”. (SIMIONATTO, 2012, p. 371). Deste modo, alerta a autora, os esforços do serviço social como profissão coadunaram com a racionalidade burocrática própria do aparelho de Estado, à época, corroborando a afirmação do conservadorismo nele engendrado. Por isso, ressalta-se, no debate sobre a dimensão política da profissão, a interpretação da política como mediadora das relações estruturais e superestruturais, na medida em que a perspectiva de totalidade deve ser apreendida em sua dimensão concreta e não tão somente enquanto parâmetro epistemológico, assim como alerta Karel Kosik (2011), em sua obra *Dialética do concreto*. Nesta, o autor dimensiona a apreensão da totalidade em sua concreticidade, ou seja, trata-se de uma totalidade concreta que não serve apenas para afirmar a fraseologia de que a totalidade é mais que a soma das partes.

Nessa acepção de totalidade, nada se apreende sobre os processos evolutivos da realidade, na medida em que sobreleva o empirismo, destacando as manifestações fenomenais e causais, em detrimento das conexões internas, necessárias para a compreensão da realidade em suas íntimas leis. Tais leis encontram-se “sob a superficialidade e a causalidade dos fenômenos” (KOSIK, 2011, p. 41). Ainda nas palavras do autor: “Sem a compreensão de que a realidade é totalidade concreta — que se transforma

em estrutura significativa para cada fato ou conjunto de fatos — o conhecimento da realidade concreta não passa de mística, ou a coisa incognoscível em si.” (KOSIK, 2011, p. 44).

Trata-se de uma visão de totalidade, intimamente conectada com a concepção materialista de realidade, como totalidade concreta.

O materialismo histórico interpreta a sociedade como uma **totalidade**, admite a delimitação cognoscível de suas partes individuais, mas não concebe uma autonomia conceitual delas: para o marxismo, é inevitável, no estudo, a delimitação disciplinar, porém nunca pode haver uma ciência autônoma do direito, da economia, da história e assim por diante. Para o marxismo, existe apenas uma **ciência unitária** ‘histórico-dialética’ do desenvolvimento da sociedade como totalidade. (FRESU, 2020, p. 304).

Assim, levando-se em consideração a noção de dialética do concreto de Kosik (2011) e dialogando com a noção de totalidade, a partir da ontologia do ser social de Lukács (2013), cujas bases se sustentam no materialismo histórico, pode-se afirmar que a compreensão da totalidade não prescinde das mediações necessárias a nível da particularidade. E que essa compreensão é fundamental para o exercício concreto da ética. Dado esse pressuposto, compreende-se que a dimensão política da práxis, enquanto mediadora, situada no nível da particularidade, transforma-se em elemento necessário ao exercício da ética, quando se leva em consideração a totalidade em sua concreticidade. Essas considerações permitem compreender o interesse que Lukács (2013) atribui à categoria da particularidade. E a importância que Gramsci (2012) atribui à correlação de forças estritamente política, como o campo privilegiado para a elevação da consciência egoísta corporativa para o nível da consciência ético-política.

No nível da particularidade, portanto, a ação ética ultrapassa a norma abstrata do direito e a irredutibilidade das aspirações individuais à norma, ou seja, o interesse imediato dos indivíduos sociais. A dimensão da particularidade, segundo Tertulian (2010, p. 26) “implica, por definição, levar em conta o outro e a sociedade, uma socialização dos impulsos e inclinações pessoais, uma vontade de harmonizar o privado e o espaço público, o indivíduo e a sociedade.” Trata-se, portanto, da possibilidade de se fazer aqui uma associação com a noção de catarse do Gramsci (2012), retomando a perspectiva da política como uma categoria mediadora da singularidade dos interesses egoístas-corporativos dos indivíduos sociais e a universalidade contida no nível ético-político, enquanto resultado histórico possível, mediante possibilidades concretas e homens concretos em uma justa análise e correlação de forças.

Deste modo, pode-se vislumbrar a ação ética, em face das mediações inerentes ao campo da política como

[...] um processo de “generalização”, de mediação progressiva entre o primeiro impulso e as determinações externas; a moralidade torna-se ação ética no momento em que nasce uma convergência entre o eu e a alteridade, entre a singularidade individual e a totalidade social. O campo da particularidade exprime justamente esta zona de mediações onde se inscreve a ação ética. (TERTULIAN, 2010, p. 26).

Assim, conclui-se, a partir do exposto, que a ação ética se dá no campo da particularidade, no qual se põe o reino da política, interpretada enquanto mediadora das relações não dicotômicas e apartadas da estrutura e superestrutura, mas de suas contraditórias tensões próprias das características ontológicas inerentes à totalidade concreta. Disso decorre a compreensão de que o projeto ético-político da profissão não reside distanciado na perspectiva ontológica em sua acepção marxista-lukacsiana, mas importa ressaltar a importância do pensamento de Gramsci para a compreensão de suas mediações políticas, na relação com a ética, sobretudo quando tal pensador se propõe discorrer sobre sua apreensão a partir interpretação da totalidade enquanto uma categoria histórica concreta e da política enquanto catarse.

Ressalta-se, portanto, a reflexão sobre a dimensão ético-política do Serviço Social, enquanto uma profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho na ordem do capital, enquanto especialização do trabalho coletivo - sem perder de vista a possibilidade da afirmação concreta dessa profissão na correlação de forças-, enquanto sujeito histórico que incorpora a contradição da vida social em sua constituição e desenvolvimento. Tal reflexão continua ainda pertinente na intenção de problematizar teoricamente sua opção política declarada, a qual se faz inclinada na perspectiva de sua ética, a fim de construir, afirmar e consolidar um projeto ético-político para chamar de seu *für ewig*.

Considerações finais

Com a reflexão proposta neste texto, chegamos a algumas considerações acerca dos elementos que o perfizeram em sua totalidade. Decorre disso uma primeira compreensão: a de que a ética, quando situada na particularidade histórica dos indivíduos sociais na sua relação com a ordem jurídico-política, deve ser compreendida, entre outros aspectos, enquanto mediadora da universalidade do Direito e da singularidade da moral (LUKÁCS, 2013; TERTULIAN, 2010).

Quanto à política propriamente dita, compreende-se que ela pode ser mais bem interpretada quando compreendida como uma categoria mediadora das relações estruturais e superestruturais, que se explicita enquanto uma ação particular de homens concretos que assumem uma determinada posição na concretude do real enquanto realidade efetiva, mediante a defesa da ação política enquanto um dever ser ético (GRAMSCI, 2012).

Desses pressupostos, quando inscritos no debate da dimensão política da profissão do Serviço Social, tende-se a compreender que a tomada de posição política enquanto um dever ser ético da profissão deve se forjar como um posicionamento compromissado em contribuir para os rumos da sociedade numa direção libertária, em contraponto à indiferença que opera como peso morto da história (GRAMSCI, 2020). Por isso mesmo, colabora para a manutenção do *status quo*, pondo abaixo a defesa da neutralidade política, pautada por uma postura de isenção político-profissional às tensões vivenciadas pelas classes na ordem do capital.

Daí decorre outro entendimento, que se respalda na compreensão gramsciana de militância política. O entendimento da militância política enquanto uma ação política menos doutrinária e burocrática e mais política investigativa, livre e sincera (GRAMSCI, 2012), tal como é compreendida na perspectiva gramsciana, no Serviço Social se forja enquanto uma possibilidade no âmbito da dimensão política profissional, de forma correlacionada com o fazer ético da profissão.

O projeto ético-político profissional, portanto, é expressão de um modo de agir da profissão na concretude histórica, cujo compromisso é compreender e agir na realidade efetiva, enquanto uma totalidade concreta, o que implica todo esforço de mitigação da defesa da dimensão técnico-operativa, sem as suas devidas mediações com as dimensões teórico-metodológica e ético-política. A totalidade concreta requer um fazer ético-político cotidiano, respaldado por uma atuação educativa da profissão, vinculada à uma perspectiva emancipatória das classes subalternas, enquanto um elemento que se consubstancia pelo projeto ético-político profissional (ABREU, 2016).

Isso implica um agir profissional perpassado por ações que o configurem, peremptoriamente, como um intelectual tradicional de perspectiva progressista e ou orgânico, a depender das possibilidades materiais e concretas que vão sendo forjadas na tecitura cotidiana da luta, que se configura a atuação profissional do/a assistente social nos diferentes espaços de atuação profissional. Isto serve tanto para os que atuam nas instâncias do Estado estrito ou sociedade política como para aqueles que ocupam espaços nos diferentes segmentos organizados da sociedade civil.

A defesa da reafirmação da filosofia da práxis no terreno do historicismo realista de Antonio Gramsci e nos marcos de um marxismo aberto e ocidentalizado, da manutenção e do fortalecimento da perspectiva da ontologia social, é, assim, o pressuposto para a manutenção e fortalecimento da posição ético-política profissional em defesa de uma outra ordem social, na qual o reino da liberdade substitua o reino da necessidade.

Referências

ABREU, Marina Maciel. Serviço Social e o movimento de construção de uma pedagogia emancipatória pelas classes subalternas. In: ABREU, Marina Maciel. **Serviço Social e a organização da cultura**: perfis pedagógicos da prática profissional. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2016. p. 151-192.

ALIAGA, Luciana. A restauração reacionária no Brasil em tempos de pandemia. **Revista Encontros com a Filosofia**, ano 8, n. 12, p. 58-75, dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/enfil/article/view/44536/27578>. Acesso em: 17 dez. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social**. Brasília, 2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf>. Acesso em: 31 out. 2022.

FRESU, Gianni. **Antonio Gramsci, o homem filósofo**. São Paulo: Boitempo, 2020.

GRAMSCI, Antonio. **Caderno do Cárcere**: volume 3. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

GRAMSCI, Antonio. **Caderno do Cárcere**: volume 1. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

GRAMSCI, Antonio. **Odeio os indiferentes**: escritos de 1917. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

GUERRA, Iolanda. **A instrumentalidade do Serviço Social**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

LESSA, Sérgio. Ética, Política e Serviço Social. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 8, n. 2, jul./dez. 2005, p. 256-266. Disponível em:
<https://www.redalyc.org/pdf/1796/179616343012.pdf>. Acesso em: 29 out. 2022.

MONASTA, Atílio. **Antonio Gramsci**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana, 2010. p.139-144.

NETTO, José Paulo. Introdução ao método na teoria social. In: CFESS/CRESS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/CRSS, 2009. p. 667-700.

SIMIONATTO, Ivete. Capítulo 2: O Brasil e as ideias de Gramsci. In: SIMIONATTO, Ivete (org.). **Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 93-161.

SIMIONATTO, Ivete. Carlos Nelson Coutinho e a incidência de Gramsci no Serviço Social. In: BRAZ, Marcelo (org.); Aloísio Teixeira, Celso Frederico, Eduardo Granja Coutinho et al. **Carlos Nelson Coutinho: e a renovação do marxismo no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 365-384.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

TERTULIAN, Nicolas. O grande projeto da Ética. **Verinotio**: Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas, n. 12, ano VI, out. 2010. Disponível em:
<http://www.verinotio.org/sistema/index.php/verinotio/article/view/104>. Acesso em: 20 abr. 2022.

Submetido em: 13/08/2022

Revisto em: 11/11/2022

Aceito em: 09/10/2022